

ORA newsletter

Nº 58 – NOVEMBRO/2011
(circulação limitada)

Assuntos

Resumo Fiscal/Legal – Outubro de 2011	1
Goodwill e Testes de Imparidade – Parte III	2
Revisores e Auditores	9

LEGISLAÇÃO FISCAL/LEGAL – OUTUBRO DE 2011

Banco de Portugal - Aviso n.º 6/2011, de 10 de Outubro - Aviso alterador ao Aviso do Banco de Portugal n.º 5/2007, no que se refere à possibilidade de, no âmbito do reconhecimento da equivalência da regulamentação e supervisão de países terceiros, o Banco de Portugal poder vir a determinar um ponderador de risco mais restritivo do que o atribuído pela autoridade competente do país terceiro.

Assembleia da República - Lei n.º 52/2011, de 13 de Outubro - Procede à sexta alteração à lei de enquadramento orçamental, aprovada pela Lei n.º 91/2001, de 20 de Agosto, e determina a apresentação da estratégia e dos procedimentos a adoptar até 2015 em matéria de enquadramento orçamental.

Assembleia da República - Lei n.º 53/2011, de 14 de Outubro - Procede à segunda alteração ao Código do Trabalho, aprovado em anexo à Lei n.º 7/2009, de 12 de Fevereiro, estabelecendo um novo sistema de compensação em diversas modalidades de cessação do contrato de trabalho, aplicável apenas aos novos contratos de trabalho.

Ordem dos Revisores Oficiais de Contas - Regulamento n.º 551/2011, de 14 de Outubro - Código de Ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas aprovado pela assembleia geral extraordinária de 29 de Setembro de 2011.

Ministério das Finanças - Portaria n.º 282/2011, de 21 de Outubro - Actualiza os coeficientes de desvalorização da moeda, a aplicar aos bens e direitos alienados durante o ano de 2011.

Presidência do Conselho de Ministros - Resolução do Conselho de Ministros n.º 43/2011, de 25 de Outubro - Aprova os Princípios Orientadores da Recuperação Extrajudicial de Devedores.

Banco de Portugal - Aviso n.º 7/2011, de 25 de Outubro - Altera o Aviso do Banco de Portugal n.º 6/2010 no sentido de passar a prever a dedução aos fundos próprios de base de um montante referente a depósitos contratados com taxa de juro elevada, calculado em função do respectivo prazo e taxa de remuneração, nos termos a definir por instrução do Banco de Portugal.

1/10

ORA newsletter

Nº 58 – NOVEMBRO/2011
(circulação limitada)

Banco de Portugal - Aviso n.º 8/2011, de 25 de Outubro - Altera o Aviso do Banco de Portugal n.º 3/2011 no sentido de passar a prever a dedução aos fundos próprios relevantes para o cálculo do rácio *core tier 1* de um montante referente a depósitos contratados com taxa de juro elevada, calculado em função do respectivo prazo e taxa de remuneração, nos termos a definir por instrução do Banco de Portugal.

Ministério das Finanças - Decreto-Lei n.º 106-A/2011, de 26 de Outubro - Aprova a 8.ª fase de reprivatização da EDP - Energias de Portugal, SA.

Ministério da Economia e do Emprego - Portaria n.º 284/2011, de 28 de Outubro - Actualiza o tarifário da electricidade aplicável no ano de 2012.

GOODWILL E TESTES DE IMPARIDADE – PARTE III

Conforme referimos na nossa última ORA Newsletter para se efectuarem muitas das estimativas de valor necessárias para a contabilidade, existe a necessidade de se recorrer a técnicas financeiras de avaliação de empresas. Nesse sentido, é importante o conceito de valor de uso, ou seja, o valor presente dos fluxos de caixa estimados, que se espera que surjam do uso continuado de um activo ou UGC (unidade geradora de caixa) e da sua alienação no fim da sua vida útil.

A Norma Interpretativa (NI) 2 – Uso de Técnicas de Valor Presente para Mensurar o Valor de Uso – apresenta duas abordagens para calcular o valor presente: a “abordagem tradicional” e a “abordagem do fluxo de caixa esperado”. Qualquer que seja a abordagem seguida, o resultado deve reflectir o valor presente esperado dos fluxos de caixa futuros.

Abordagem tradicional

Esta abordagem assume que uma convenção única de taxa de desconto pode incorporar todas as expectativas acerca de fluxos de caixa futuros e o prémio de risco apropriado. Esta abordagem coloca maior ênfase na escolha da taxa de desconto, a qual é muitas vezes denominada de “taxa proporcional ao risco”.

Esta abordagem torna-se, por vezes, mais fácil de aplicar, nomeadamente no caso de activos com fluxo de caixa contratuais, visto ser consistente com a forma como são descritos os activos. No entanto, pode não tratar apropriadamente problemas de mensuração complexos, como é o caso da mensuração de activos não financeiros para os quais não existe ou mercado para o item ou um item comparável. A taxa de desconto apropriada para os fluxos de caixa a mensurar deve ser inferida da taxa de juro observável do outro activo, sendo que as características do fluxo de caixa desse outro activo devem ser semelhantes ao do activo a mensurar.

ORA newsletter

Nº 58 – NOVEMBRO/2011
(circulação limitada)

Assim, deve-se:

- Identificar o conjunto de fluxos de caixa que serão descontinuados;
- Identificar outro activo no mercado com fluxos de caixa semelhantes;
- Comparar os conjuntos de fluxos de caixa dos dois itens para garantir a sua semelhança;
- Avaliar a existência de elementos num item não presentes no outro;
- Avaliar se, em condições económicas em mutação, os fluxos de caixa se comportam de forma semelhante.

Abordagem pelo fluxo de caixa esperado

Esta é, por vezes, uma ferramenta de mensuração mais eficaz do que a abordagem tradicional, visto usar todas as expectativas possíveis acerca dos fluxos de caixa em vez do uso do fluxo de caixa singular mais provável. Esta técnica permite adicionalmente o uso de técnicas de valor presente quando a tempestividade dos fluxos de caixa é incerta.

Na aplicação desta abordagem há que ter em atenção a relação custo/benefício. Por vezes a entidade pode ter acesso a muitos dados podendo desenvolver muitos cenários de fluxos de caixa. Outras vezes pode não ser capaz de desenvolver mais do que demonstrações gerais acerca da variabilidade de fluxos de caixa sem incorrer em custos substanciais. Assim, é necessário equilibrar o custo da obtenção de informação adicional face à fiabilidade adicional que essa informação trará à mensuração.

Estimar o valor de uso

Deste modo, para se estimar o valor de uso, é necessário o recurso a modelos de avaliação de empresas que se baseiam na actualização de fluxos de caixa futuros, como é o caso do Modelo dos Fluxos de Caixa Descontados (*Discounted Cash-Flow* - DCF). Para tal, é necessário, em primeiro lugar, determinar os fluxos de caixa futuros e posteriormente a taxa de desconto.

i) Determinação dos fluxos de caixa futuros

De acordo com o § 17 da NCRF 12, as bases a utilizar para a estimativa dos fluxos de caixa futuros são:

- Utilização de pressupostos razoáveis e suportáveis que representem a melhor estimativa das condições económicas que existirão durante a vida útil remanescente do activo, dando-se preferência a evidências externas;
- Utilizar os orçamentos/previsões financeiras mais recentes aprovadas pela gerência, excluindo fluxos de entradas e saídas de fluxos de caixa futuros estimados que se espera venham a resultar de reestruturações futuras ou de aumentos ou melhorias no desempenho do activo, sendo que as projecções efectuadas devem abranger um período máximo de cinco anos;

3/10

ORA newsletter

Nº 58 – NOVEMBRO/2011
(circulação limitada)

- Estimar projecções de fluxos de caixa para além do período abrangido pelos orçamentos e previsões mais recentes, por extrapolação através da utilização de uma taxa de crescimento estável ou decrescente para os anos subsequentes.

A mesma NCRF estabelece a composição das estimativas dos fluxos de caixa futuros, as quais devem incluir:

- Projecções de influxos de caixa provenientes do uso continuado do activo (§18);
- Projecções de efluxos de caixa indispensáveis para gerar os influxos referidos no ponto anterior, e que possam ser directamente atribuídos ao activo, ou a ele imputados numa base razoável e consistente (§ 18);
- Fluxos de caixa líquidos a receber ou a pagar provenientes da alienação do activo no fim da sua vida útil (§ 18);
- Os fluxos de caixa estimados devem considerar os activos nas suas condições actuais (§ 19);
- As estimativas não devem incluir influxos ou efluxos de caixa resultantes da reestruturação futura com a qual uma entidade ainda não esteja comprometida e aumentos ou melhorias no desempenho do activo (§ 19);
- As estimativas não devem também incluir influxos ou efluxos de caixa provenientes de actividades de financiamento, nem incluir recebimentos ou pagamentos de impostos sobre o rendimento (§ 22).

Pelo facto da NCRF 12 não permitir a inclusão de influxos ou efluxos de caixa provenientes de actividades de financiamento, os fluxos de caixa deverão ser estimados sob a forma de *Free Cash-Flow to the Firm* (FCFF), que correspondem aos fluxos de caixa gerados antes de qualquer pagamento ou recebimento relacionado com actividades de financiamento.

Adicionalmente, ainda pelas exigências da NCRF, nomeadamente a da proibição de inclusão de recebimentos ou pagamentos de impostos sobre o rendimento, e do disposto no § 25 relativamente à taxa de desconto a utilizar, o conceito de FCFF pode ser simplificado, de modo a eliminar toda a componente relacionada com as amortizações, depreciações outras situações com efeito de poupança fiscal.

Deste modo, o FCFF pode ser calculado da seguinte forma:

FCFF = Cash-Flow bruto (ou EBITDA) – Variação de inventários – Variação de créditos de exploração + Variação de débitos de exploração de curto prazo – Investimento (Desinvestimento) em Capital Fixo
--

De salientar que, apesar do § 17 da NCRF 12, estipular que as projecções devem abarcar um máximo de cinco anos, isto não significa que não se considerem fluxos de caixa potencialmente gerados em períodos posteriores, estando, neste ponto, implícito o cálculo de um valor residual, ou seja, de um valor que se estima para a UGC objecto de avaliação. Este valor residual deverá ser calculado da seguinte forma:

ORA newsletter

Nº 58 – NOVEMBRO/2011
(circulação limitada)

- Cálculo do valor actual dos fluxos de caixa estimados para o período posterior a $n+1$, pelo recurso à fórmula financeira da anuidade ou da perpetuidade, consoante a vida útil seja finita ou infinita, e considerando taxas estimadas de crescimento (de referir que pela mesma NCRF (§ 17) deverá ser considerada uma taxa de crescimento estável ou decrescente);
- Por uma estimativa de valores resultantes da liquidação da UGC, no caso de se prever um horizonte de vida finito;
- Pela utilização de “múltiplos” do valor contabilístico, das vendas ou dos resultados.

ii) Determinação da taxa de desconto

Independentemente da abordagem seguida para mensurar o valor de uso de um activo, as taxas de juro usadas para descontar os fluxos de caixa não devem reflectir riscos para os quais os fluxos de caixa tenham sido estimados (§ 15 da NI 2).

Os parágrafos 25 e 26 da NCRF 12 estipulam os requisitos que a taxa de actualização deve obedecer. Assim, deve ser:

- Uma taxa antes de impostos que reflecta as avaliações correntes de mercado sobre o valor temporal do dinheiro e os riscos específicos para o activo; e
- Uma taxa estimada a partir da taxa implícita nas transacções correntes do mercado para activos semelhantes, ou a partir do custo médio ponderado do capital de uma entidade cotada em bolsa que tenha um único activo semelhante em termos de potencial de serviço e de riscos.

Segundo estipulam os § 16 e § 17 da NI 2, quando a taxa de um activo específico não estiver directamente disponível no mercado, podem ser utilizados substitutos para estimar a taxa de desconto. Assim, podem ser utilizadas as seguintes taxas:

- O custo médio ponderado de capital da entidade determinado pelo uso de técnicas tais como o *Capital Asset Pricing Model* - CAPM;
- A taxa incremental de empréstimos obtidos pela entidade;
- Outras taxas de mercado de empréstimos obtidos.

De referir que a taxa de desconto é independente da estrutura de capital da entidade e da forma como a entidade financeira financiou a compra do activo, visto que os fluxos futuros que se espera obter com o activo não dependem da forma como a entidade se financiou para a aquisição desse activo (§ 19 da NI 2). Por outro lado, a entidade pode recorrer a taxas de juro distintas para os diferentes períodos em análise, sempre que o valor de uso for sensível a uma diferença nos riscos para períodos distintos ou à estrutura de prazos das taxas de juro (§ 21 da NI 2).

Resumidamente, a taxa de desconto deve reflectir as avaliações correntes de mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos para o activo, que correspondem ao

5/10

OLIVEIRA REGO E ASSOCIADOS, SROC

Avª Praia da Vitória, nº 73 – 2º Esq. 1050-183 Lisboa Tel.: 21 315 26 72 / 21 315 97 59 Fax: 21 315 99 36 info@oliveirarego.pt
Inscrita na C.M.V.M. com o n.º 218 e na Ordem dos R.O.C. com o n.º 46 Contribuinte n.º 501 794 662

ORA newsletter

Nº 58 – NOVEMBRO/2011
(circulação limitada)

retorno que os investidores exigiriam se fossem eles a escolher um investimento que gerasse fluxos de caixa de quantias, tempestividade e perfil de risco equivalentes às que a entidade espera obter do activo.

Os fluxos de caixa estimados em i) deverão ser posteriormente actualizados mediante a utilização de uma taxa, a qual deverá corresponder ao Custo Médio Ponderado do Capital (*Weighted Average Cost of Capital* ou WACC). Essa taxa é calculada do seguinte modo:

Sendo:

$$WACC = \% CA * Rca + \% CP * Rcp$$

% CA - Percentagem do capital alheio na estrutura de capitais ($CA / (CA + CP)$)

% CP - Percentagem do capital próprio na estrutura de capitais ($CP / (CA + CP)$)

Rca – Taxa de custo dos capitais alheios

Rcp – Taxa de custo do capital próprio

Assim, para este cálculo é necessário ter informação sobre os seguintes itens:

- a) Peso dos capitais próprios e alheios na estrutura de financiamento (estrutura de capitais);
 - b) Custo do capital alheio;
 - c) Custo do capital próprio.
-
- a) Para o cálculo do WACC, quer o capital próprio quer o capital alheio deverão ser considerados a valores de mercado. Visto grande parte das empresas não se encontrarem cotadas em bolsa, torna-se necessário o recurso a algumas técnicas como: o uso de ponderadores que correspondam ao objectivo da empresa em termos de percentagem de utilização do capital próprio e alheio na estrutura de financiamento; a utilização de percentagens médias de capital próprio e de capital alheio usadas no mesmo sector de actividade ou a consideração de valores correntes no momento da avaliação. De referir que deverá ser considerada a estrutura de capitais que maximiza o valor da empresa como um todo e não a específica da UGC, conforme salientado no § 19 da NI 2. Assim, a alternativa da utilização de valores correntes no momento da avaliação deverá ser afastada.
 - b) O custo do capital alheio a ser considerado corresponde à taxa de juro marginal à qual a empresa se consegue financiar, no momento em que está a efectuar o teste de imparidade, essa taxa pode corresponder à taxa de financiamento de longo prazo obtida recentemente pela empresa ou então à consideração da taxa de juro de mercado e o *spread* praticado pelas instituições financeiras para a empresa objecto de avaliação.

ORA newsletter

Nº 58 – NOVEMBRO/2011
(circulação limitada)

De forma simplificada, a empresa deverá partir do custo histórico efectivo do financiamento anterior e compará-lo com a taxa de mercado actual para empréstimos com a mesma duração, retirando por diferença o prémio pago (*spread*).

De salientar que, uma vez que o custo do capital alheio é influenciado pela taxa de imposto, na medida em que os juros são considerados custos fiscais, o efeito dessa poupança fiscal deveria ser considerada. Para tal, ao custo do capital alheio deveria ser multiplicado o factor (1 – taxa de imposto). Contudo, dado a NCRF 12 referir que para os testes de imparidade deve ser considerada uma taxa antes de efeitos fiscais, esta correcção não deve ser efectuada para este caso.

- c) O cálculo do custo do capital próprio é o aspecto que se apresenta mais complexo, recorrendo-se com frequência ao CAPM, visto ser considerado o meio mais importante de capturar a relação entre retorno e risco e de a aplicar à avaliação de um activo.

De acordo com este modelo, a taxa de retorno exigida (custo do capital próprio - Rcp) é dada pela taxa de retorno de um investimento sem risco (Rf) adicionada de um prémio de risco de mercado (Rm – Rf), multiplicado por uma medida de risco sistemático (Beta), que incorpora a volatilidade do investimento e a correlação entre a evolução do investimento e a evolução do mercado. Ou seja, é calculada da seguinte forma:

$$R_{cp} = R_f + \text{Beta} * (R_m - R_f)$$

Onde:

- A Rf encontra-se normalmente associada a Obrigações do Tesouro do Estado. Assim, devem ser utilizadas as emissões do Estado com melhor *rating* na zona Euro (para o caso português) cuja maturidade seja idêntica à da UGC que pretendemos testar.
- O Beta é uma medida de risco sistemático, ou seja, de risco que não pode ser eliminado pela diversificação de uma carteira de investimentos, e pode ser calculado pelas médias históricas dos preços registados nos mercados de capitais. Uma vez que estes valores não se encontram disponíveis para empresas não cotadas, pode-se recorrer a betas contabilísticos (metodologia sem grande aceitação) ou a betas de empresas comparáveis ou por sector de actividade.
- O prémio de risco de mercado também se apresenta de difícil cálculo, sendo frequente a utilização de médias históricas.

De salientar que o § 18 da NI 2 faz referência à necessidade de se efectuarem ajustamentos ao custo médio ponderado de capital, de forma a reflectir o modo como o mercado avalia os riscos específicos associados aos fluxos de caixa estimados do activo e para excluir os riscos que não sejam relevantes para os fluxos de caixa estimados ou para os quais os fluxos de caixa tenham sido ajustados.

7/10

OLIVEIRA REGO E ASSOCIADOS, SROC

Avª Praia da Vitória, nº 73 – 2º Esq. 1050-183 Lisboa Tel.: 21 315 26 72 / 21 315 97 59 Fax: 21 315 99 36 info@oliveirarego.pt
Inscrita na C.M.V.M. com o n.º 218 e na Ordem dos R.O.C. com o n.º 46 Contribuinte n.º 501 794 662

ORA newsletter

Nº 58 – NOVEMBRO/2011
(circulação limitada)

Importante é também o tratamento a ser dado à inflação. Relativamente a este aspecto são defensáveis duas alternativas:

- Estimar os fluxos de caixa em termos nominais, isto é, fazendo com que a inflação afecte as previsões, aplicar uma taxa de juro nominal e, utilizando-se a perpetuidade, recorrer a uma taxa de crescimento nominal;
- Estimar os fluxos de caixa em termos reais, ou seja, sem o efeito da inflação, aplicar uma taxa de juro real, e utilizando-se a perpetuidade, recorrer a uma taxa de crescimento real.

De referir que, em termos de práticas de avaliação, é frequente a utilização da primeira alternativa, visto ser a única possibilidade de admitir efeitos diferenciados da inflação nas várias rubricas que compõem as estimativas de fluxos de caixa.

Impacto do tratamento do *goodwill* nos resultados

O tratamento contabilístico do *goodwill* preconizado nas NCRF, quer inicial quer subsequente, ao apelar a um maior número de julgamentos profissionais na determinação da quantia e do momento do reconhecimento das perdas por imparidade, ou seja, à subjectividade na identificação das circunstâncias da sua potencial perda por imparidade e da sua mensuração, contribui para uma maior volatilidade dos resultados, e consequentemente, para um maior risco.

Um aspecto importante a ter em conta, prende-se com o facto de que, qualquer erro na determinação do justo valor dos activos, passivos e passivos contingentes, tem reflexo directo no montante inicial do *goodwill* a reconhecer, com consequente impacto no montante das potenciais perdas por imparidade a reconhecer futuramente. Igual situação se verifica no momento em que se está a efectuar os testes de imparidade.

Assim, o actual tratamento do *goodwill* pode permitir às empresas reduzir significativamente os seus resultados contabilísticos, mediante o adiamento do reconhecimento de rendimentos ou acelerando o reconhecimento de gastos.

Um modo de colmatar esta situação e de contribuir para uma maior transparência e qualidade da informação financeira, prende-se com o recurso a peritos independentes para efectuarem as avaliações necessárias, bem como por um maior cuidado na divulgação das bases de determinação dos testes de imparidade, dos pressupostos utilizados e da divulgação explícita do resultado dos mesmos, nomeadamente da quantia recuperável determinada.

- Susana Machado -

Bibliografia

- *Norma Contabilística e de Relato Financeiro 12 – Imparidade de Activos.*
- *Norma Contabilística e de Relato Financeiro 14 – Concentrações de Actividades Empresariais.*

ORA newsletter

Nº 58 – NOVEMBRO/2011
(circulação limitada)

- *Norma Interpretativa 2 – Uso de Técnicas de Valor Presente para Mensurar o Valor de Uso.*
- *“Reconhecimento e Reversão de Perdas de Imparidade em Unidades Geradoras de Caixa”, por Ana Luísa Nabais Aniceto, Revista Revisores & Auditores da OROC n.º 38, de Julho / Setembro de 2007.*
- *“Normativo Contabilístico Internacional e o Goodwill nas Concentrações de Actividades Empresariais”, por Maria Dolores Salvador Montiel e Fernando Ruiz Lamas, Revista TOC da OTOC n.º 87, de Junho de 2007.*
- *“As Concentrações de Actividades Empresariais Segundo a IFRS 3”, por Maria da Conceição da Costa Marques, Revista Revisores & Auditores da OROC n.º 38, de Julho / Setembro de 2007.*
- *“A IAS 36 – Imparidade de Activos: Impacto, Problemas e Valorização”, por Maria da Conceição da Costa Marques.*
- *“A Mensuração Subsequente do Goodwill e a sua Contribuição para a Manipulação dos Resultados: Uma Revisão da Literatura”, por Carla Carvalho, Mana Maria Rodrigues e Carlos Ferreira.*
- *“O Goodwill não é um Activo”, por João Carlos Fonseca.*
- *“Os Testes de Imparidade e as Técnicas de Avaliação de Empresas”, por Luís Miranda da Rocha, Outubro de 2009.*
- *Recomendação Técnica n.º 11 – “Revisão da Informação Financeira Prospectiva”, OROC, Julho de 1994.*
- *“Revisão da Informação Financeira - Prospectiva”, por Ana de Sousa Simões Pereira, Revista Revisores & Auditores da OROC n.º 34, de Julho / Setembro de 2006.*

REVISORES E AUDITORES

Foi publicado em Diário da República de 14 de Outubro de 2011, o novo **Código de Ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas**, que substitui o Código de Ética e Deontologia Profissional de 2001, e cujo texto se baseia no Código de Ética da IFAC (*International Federation of Accountants*), destacando-se os seguintes aspectos:

- i) Uma marca distintiva da actividade dos revisores oficiais de contas (auditores) é a sua aceitação da responsabilidade para agir no interesse público competindo-lhe, por isso, ir muito para além da satisfação das necessidades de um cliente em particular.
- ii) No exercício das suas funções de interesse público, os auditores devem observar e cumprir o Código de Ética da OROC que define os princípios éticos fundamentais aplicáveis e apresenta um quadro conceptual para os implementar com o objectivo de:
 - Identificar ameaças ao cumprimento dos princípios fundamentais;
 - Avaliar a importância das ameaças identificadas; e
 - Aplicar as salvaguardas necessárias, para eliminar as ameaças ou reduzi-las a um nível aceitável.
- iii) Atendendo a que, as circunstâncias em que os auditores desenvolvem a sua actividade podem criar ameaças específicas ao cumprimento dos princípios éticos fundamentais, sendo impossível identificar todas as situações que podem criar tais ameaças e especificar as acções para as mitigar, assim como a natureza dos trabalhos pode diferir e,

9/10

OLIVEIRA REGO E ASSOCIADOS, SROC

Avª Praia da Vitória, nº 73 – 2º Esq. 1050-183 Lisboa Tel.: 21 315 26 72 / 21 315 97 59 Fax: 21 315 99 36 info@oliveirarego.pt
Inscrita na C.M.V.M. com o n.º 218 e na Ordem dos R.O.C. com o n.º 46 Contribuinte n.º 501 794 662

ORA newsletter

Nº 58 – NOVEMBRO/2011
(circulação limitada)

consequentemente, podem ser criadas diferentes ameaças que exigem a aplicação de diferentes salvaguardas, o novo Código de Ética da OROC estabelece uma estrutura conceptual que exige que o auditor identifique, avalie, e responda de forma adequada às ameaças ao cumprimento dos princípios fundamentais. O auditor deve usar o julgamento profissional ao aplicar esta estrutura conceptual.

- iv) O auditor deve estabelecer os controlos e procedimentos de auditoria necessários que lhe permitam identificar qualquer ameaça significativa que possa afectar o desenvolvimento da sua prática profissional e, na medida do possível, planificar as acções apropriadas para cada tipo de ameaça.
- v) Quando o auditor determinar que não estão disponíveis salvaguardas apropriadas ou elas não podem ser aplicadas para eliminar as ameaças ou reduzi-las a um nível aceitável, deve eliminar a circunstância ou o relacionamento que cria as ameaças ou recusar o trabalho ou renunciar ao mandato.
- vi) Os auditores devem cumprir os seguintes princípios fundamentais: Integridade, Objectividade, Competência e Zelo Profissional, Confidencialidade e Comportamento Profissional.

O novo Código de Ética da OROC é composto por seis Capítulos (Âmbito de Aplicação, Princípios Fundamentais, Ameaças e Salvaguardas, Independência, Documentação e Disposições Finais) e dois Anexos com exemplos de circunstâncias que podem criar ameaças ao cumprimento dos princípios fundamentais e de salvaguardas que podem eliminar ameaças ou reduzi-las a um nível aceitável.

***Nota:** Esta publicação da ORA é genérica e o objectivo é meramente informativo. Não tem a intenção de substituir a necessidade de consulta dos diplomas mencionados ou o recurso a opinião profissional para os temas tratados em função dos casos concretos de cada entidade.*